O ENSINO DOMICILIAR NO BRASIL: contribuições críticas a partir do multiculturalismo de Charles Taylor

ALESSANDRO WAGNER FERREIRA¹ & GIULIANO FERNANDES²

¹*Graduando em Direito, alessandrowferreira@gmail.com*

²*Professor do Curso de Direito, giuliano@unifemm.edu.br*

Caderno Saberes, n. 6, 2020

RESUMO - O objetivo do trabalho foi demonstrar que o Ensino Domiciliar, esse novo modelo de formação educacional, não privilegia os grupos sociais minoritários, em desconformidade com as tendências contemporâneas de reconhecimento das culturas, de sua valorização, do Multiculturalismo, o qual se faz extremamente necessário numa sociedade democrática. Para tanto, analisou-se a Teoria do Multiculturalismo de Charles Taylor como contribuição importante na educação a partir das instituições públicas escolares. A metodologia utilizada foi à análise dos remédios constitucionais utilizados pelas famílias adeptas ao ensino domiciliar, o estudo de caso de uma família em Canela/RS e a teoria do Multiculturalismo. Concluiu-se que a Educação deve ser uma tríade entre governo, família e sociedade de forma universal, considerando todas as etnias, raças, credos, religiões, etc., e que a formação e o aprendizado do indivíduo devem ser amplo, abrangente e nunca discriminatório.

Palavras-chave: Diversidade. Educação. Ensino Domiciliar. Multiculturalismo.

INTRODUÇÃO

Ensinar os filhos em casa, no Brasil, é um assunto polêmico. Houve um acréscimo recente de discussões a respeito do tema, principalmente por pais, pela Associação Nacional de Educação Domiciliar – ANED, por representantes do Legislativo e do STF - Supremo Tribunal Federal. Pais impetraram ações judiciais, como Mandado de Segurança, no sentido de obterem o direito de ensinarem seus filhos em domicílio ao invés da escola tradicional, mesmo não existindo regulamentação legal para essa prática. Entretanto, o Judiciário apontou para a não existência de legislação específica, bem como a possibilidade de privar os alunos do convívio e das experiências inerentes ao ambiente escolar. Para a legalização da Educação Domiciliar, tentou-se, então, aprovar no Congresso Nacional, Projeto de Lei (foram apresentados cinco) e almejou-se a criação de Medida Provisória como forma de aprovação.

Diante disso, o objetivo do trabalho foi demonstrar que esse novo modelo de formação educacional não privilegia os grupos sociais minoritários, em desconformidade com as tendências contemporâneas de reconhecimento das culturas de sua

valorização, do multiculturalismo, o qual se faz extremamente necessário numa sociedade democrática.

As principais referências utilizadas no trabalho foram: em prol da regulamentação do Ensino Domiciliar no Brasil a ANED – Associação Nacional de Educação Domiciliar e a favor do Multiculturalismo de Charles Taylor com suas contribuições que valorizam o reconhecimento do indivíduo, sua identificação, sua valorização e a importância do convívio harmônico dos diferentes na sociedade. Paulo Freire, que defendeu uma nova estruturação das escolas, do formato das salas de aula, das novas formas de aprendizado, além das salas de aula e Moacir Gadotti, que é seu discípulo e reforçou a necessidade de socialização e a não discriminação, assim como novas formas de aprendizado além da escola.

Senti falta de fundamentação teórica aqui. No resumo, a introdução assume a função do referencial teórico. Você citou as referências utilizadas, mas deve explorá-las aqui, inclusive citar com mais detalhes o estudo de caso que utilizou e depois explorá-lo no tópico da discussão.

MATERIAL & MÉTODOS

A metodologia utilizada foi a análise dos remédios constitucionais utilizados pelas famílias adeptas ao ensino domiciliar: o Mandado de Segurança, a Medida Provisória, a Lei das Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96), o Estatuto da Criança e Adolescente (Lei 8.069/90), o Recurso Extraordinário (RE), o estudo de caso de uma família em Canela/RS e a Teoria do Multiculturalismo de Charles Taylor. Analisou-se a questão sócio filosófica, do Comunitarismo X Liberalismo, embasando-se na teoria do Multiculturalismo de Charles Taylor e buscou-se fazer contribuições críticas positivas à Educação Domiciliar.

RESULTADOS & DISCUSSÃO

Para os pais adeptos a esse modelo de ensino, a Educação Domiciliar permite dar mais atenção aos filhos e garantir uma educação de mais qualidade. Alguns pais não concordam com o sistema de educação que está sendo aplicado, acreditam que teriam mais proveito se chamassem para si a responsabilidade, hoje compartilhada com o Estado, no sentido de educar os seus filhos em casa. Assim, muitos pais enxergam essa possibilidade como uma educação mais produtiva e lutam para a sua regulamentação.

Para a ANED – Associação Nacional de Educação Domiciliar, compete à família, o provimento da educação dos filhos. Os associados acreditam e defendem que para alcançar as finalidades de pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, os pais que tiverem as condições necessárias, inclusive de contratação de terceiros, para exercê-los, poderão educar seus filhos em casa.

As principais motivações declaradas pelas famílias favoráveis à Educação Domiciliar são de que a educação é mais qualificada fora da escola, porque no ambiente escolar existem muitos problemas relacionados a princípios de fé e da família, de violência, de *bullying* e de doutrinação nas escolas tradicionais.

A maioria das famílias que resolvem educar os seus filhos em casa, desejam oferecer uma educação mais personalizada, que possa

desenvolver valores, potenciais, habilidades, dons e os talentos que a criança possua. Esses pais alegam que não fazem nenhum tipo de crítica à escola, mas que um pai que tenha um ou dois filhos leva vantagem em relação a um professor que tenha 40 ou mais alunos numa sala de aula, em relação a efetividade dos ensinamentos.

Muitos desses pais, hoje em dia, tiram os filhos da escola devido à má socialização escolar que também acreditam existir. Além disso, na discussão sobre a Educação Domiciliar, eles alegam haver certa deslealdade, pois comparam a escola ideal com a educação domiciliar.

Para esses pais, a escola como espaço lúdico do aprendizado livre, do exercício da tolerância e da livre harmonia das relações, não existe.

Os adeptos à Educação Domiciliar veem essa possibilidade de educarem seus filhos em casa como um novo modelo, uma opção àqueles pais ou responsáveis que querem regulamentar essa prática no ordenamento jurídico por se sentirem preparados, tanto psicologicamente quanto financeiramente, para proporcionarem a seus filhos, uma educação de qualidade.

No Brasil, as famílias que se interessam em praticar a Educação Domiciliar, hoje, contam com aproximadamente 10.000 alunos (as), na faixa etária dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos, contra um universo aproximado de 48 milhões de estudantes matriculados formalmente nas instituições de ensino.

Mas, os contrários a esse novo modelo, associam a Educação com a convivência em sociedade, ao desenvolvimento da capacidade de lidar com a pluralidade de valores.

Os pais trabalhadores e trabalhadoras dificilmente teriam possibilidade de fazer uma dedicação de ensino exclusiva e a escola, no papel de socializar e ensinar, recebe essas crianças e faz o trabalho que é feito em todas as escolas do país.

Entretanto, assumir para si a responsabilidade sem permitir que essa criança lide com a diversidade da vida, não é a melhor opção.

Os pais trabalhadores do Brasil não têm tempo para se dedicarem a essa árdua função

que as escolas fazem hoje.

E dificilmente, pais que colocam seus filhos em escolas públicas teriam condições de contratar tutores particulares. Outra questão a ser analisada é o fato de que os defensores da escola acreditam ter muitas opções de como trabalhar melhor os valores, os talentos, os alunos em harmonia e em constante exposição à diversidade.

O sujeito da aprendizagem é o estudante. E é para ele que o Estado tem a obrigação e responsabilidade de proporcionar meios e fins educacionais de qualidade. E a base comum curricular, nesse sentido, pensa no aluno como sujeito, na avaliação desse sujeito, na vida desse sujeito, na sociedade onde ele vive.

A Educação tem a função de garantir o pleno desenvolvimento do sujeito, a formação para a cidadania e a preparação para o mundo do trabalho. Deve-se pensar, então, no pleno desenvolvimento do aluno, na relação do indivíduo com a sociedade e na formação cidadã que se adquire na relação com o outro.

É muito importante no processo de formação que este estudante aprenda a lidar com as diferenças. Ele não se desenvolve sozinho. A escola, além de trabalhar os conteúdos científicos, é o segundo espaço de socialização da criança já que o primeiro é a família.

Em relação à proteção das crianças, a escola inclusive é responsável por denunciar ao Conselho Tutelar o abandono dos filhos pelos pais, possíveis abusos que as crianças sofrem e são identificados na escola, muitas das vezes, pela mudança de comportamento. Esses abusos acontecem no âmbito familiar e são difíceis de lidar e identificar. Com os primeiros sinais, é a escola que aciona o Conselho Tutelar.

Muitos pais querem retirar os filhos da escola devido à violência. Mas, infelizmente, essa violência se encontra também no âmbito familiar, no interior dos lares. O *bullying* também não é só da escola. Se existe violência e *bullying* na escola, é preciso melhorar a escola. Garantir que essas crianças tenham espaços saudáveis.

CONCLUSÕES

A garantia do direito à Educação a cada criança, deve ser uma preocupação constante da família e do Estado, pois, a

Educação não é um direito dos pais e sim dos estudantes. Os pais precisam entender que não estão formando seres para eles. Estão formando seres para uma sociedade. Daí a importância dessa convivência com a diferença.

Constatou-se que existe um limite muito tênue entre a Política de Dignidade Igualitária (Comunitaristas) e a Política da Diferença (Liberalistas) uma vez que, ambas buscam o reconhecimento da identidade, autenticidade e o respeito do indivíduo e de seu grupo social, porém a Política da Diferença favorece a especificidade do indivíduo e de seu grupo, em sua percepção dominante, em detrimento de grupos sociais minoritários ou excluídos, que precisam ser devidamente reconhecidos e respeitados de forma universal.

Mesmo sendo constitucional o pleito dos adeptos à Educação Domiciliar, uma vez que não existe regulamentação jurídica expressa na Constituição Federal/1988, nem proibição expressa à sua prática, buscam o reconhecimento da identidade e cultura própria, particular.

A Educação deve ser uma tríade entre governo, família e sociedade de forma universal, considerando todas as etnias, raças, credos, religiões, etc., e que a formação e o aprendizado do indivíduo sejam amplos, abrangentes e nunca discriminatórios.

REFERÊNCIAS

- ANED – Associação Nacional de Educação Domiciliar. **A inexistência de expresso tratamento legislativo e constitucional sobre o tema** [201-?] Disponível. em <<https://www.aned.org.br/educacao-domiciliar/ed-direito/ed-parecer-juridico>>. Acesso em: 09 jun. 2019.
- FREIRE, Paulo **Política e educação: ensaios** 5. ed. São Paulo, Cortez, 2001. 53 p.
- GADOTTI, Moacir **Educação integral no Brasil: inovações em processo**. São Paulo Instituto Paulo Freire, 2009. 127 p.
- TAYLOR, Charles **Argumentos filosóficos**. São Paulo: Loyola, 1995. 311 p.